

Choque anunciado

O ministro da Fazenda admitiu, na última sexta-feira, que o governo deverá adotar um novo indexador para a economia que permita quebrar a inércia inflacionária através de um expurgo da inflação passada, mas sem recorrer a variantes dos pacotes anteriormente tentados que se revelaram apenas intervalos num processo de inflação estrutural. Há alguns anos, a divulgação de uma informação nesse sentido, mesmo que sem indicação de fonte, provocaria graves turbulências na vida econômica do País. Hoje, é acolhida com relativa tranqüilidade. Esta circunstância merece algumas considerações.

A primeira peculiaridade do caso consiste no fato de que se trata de uma autêntica "Crônica de um choque anunciado" se o Prêmio Nobel Gabriel Garcia Marques, autor de "Crônica de uma morte anunciada", permite a citação. Por que? Porque há meses o governo — e o ministro em particular — vem sinalizando por atos e palavras os rumos para os quais conduziria a política econômica.

Desde o início de sua atuação como ministro da Fazenda, o atual titular da pasta, e antes dele o próprio presidente da República, têm reiterado que o atual governo não recorrerá a pacotes ou "choques heterodoxos" como forma de combater a inflação e a crise financeira do Estado. Mesmo salientando-se os louváveis propósitos de ambas as autoridades de não recorrerem a estratégias e "truques" como instrumentos de política econômica, o fato é que a cada choque aplicado no País, menores foram os seus efeitos positivos e maiores os negativos. Disso resultou uma espécie de relação inversa entre a dosagem e a intensidade dos instrumentos utilizados e os resultados obtidos. A tal ponto chegou-se após o chamado Plano Collor que a economia brasileira encontra-se virtualmente intoxicada de medidas ortodoxas com a reação do organismo sendo mais grave que os efeitos terapêuticos da medicação ministrada, numa espécie de

"choque anafilático".

O segundo aspecto a considerar é que, além da perda de eficácia dos choques do ponto de vista econômico, ocorreu, ao longo dos últimos anos, uma perda de autoridade do governo — prova disso foi a discussão dentro do governo sobre a possibilidade de se constituir um núcleo de poder dentro do governo. Em termos práticos isso se traduz sob a forma de uma crescente resistência da sociedade às ações do Executivo, como atesta a contestação judicial ao Finsocial, à Cofins e ao IPMF.

Por outro lado, mesmo dentro do espectro de ações de política econômica a que o governo poderia recorrer — especialmente se descartadas as opções heterodoxas — as possibilidades se tornam cada vez mais estreitas tendo em vista a gravidade da situação e a eficácia presumível dos mesmos instrumentos. Mais que isso, dadas as condições e disponibilidades do governo, entre as quais a situação das reservas de divisas, da balança comercial e da experiência de outros países em termos de planos de estabilização, há algum tempo foi se delineando a quase inevitabilidade de que o governo brasileiro recorreria a algum tipo de âncora cambial como elemento estabilizador da economia e de uma moeda debilitada. Como se não bastassem os fatores teóricos e políticos da questão, há a evidência factual de que a política monetária e cambial do governo, há algum tempo vem sinalizando a determinação das autoridades econômicas, obviamente respaldadas pelo chefe do governo no sentido de unificar, a médio prazo, os tipos de câmbio e, com isso, preparar o terreno para uma âncora cambial. Para que isso seja viável e duradouro, contudo, é preciso que outras medidas estabilizadoras sejam tomadas. É o que tem dito reiteradamente o ministro ao afirmar que será dada uma "paulada na inflação" após a adoção das medidas de ajuste orçamentário e fiscal. Difícilmente seria possível fazer uma crônica prévia de uma política econômica.